



ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCA

1
2 Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, às quatorze horas e trinta minutos, na
3 sala de reunião da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, teve início a 8ª Reunião Ordinária da Câmara de
4 Compensação Ambiental – CCA, conduzida pela Sra. Tatiany de Andrade Oliveira, suplente da
5 presidência. Estiveram presentes os seguintes membros: Aldo Carvalho da Silva, representante suplente da
6 Diretoria de Políticas e Planejamento Ambiental – DIPPA; Cristiana Sousa Vieira, representante suplente
7 da Superintendência de Estudos de Pesquisas Ambientais – SEP; Ruy Couto Tourinho, representante
8 suplente da Coordenação de Ações Estratégicas – COAES; Marcelo Almeida Senhorinho, representante
9 titular do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA; Sérgio de Almeida Bastos e José
10 Augusto Saraiva Peixoto, representantes titular e suplente, respectivamente, do Conselho Estadual do Meio
11 Ambiente – CEPRAM; Eduardo Henrique Rode e Leila Márcia Souza Oliveira, representantes titular e
12 suplente, respectivamente, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH; presentes, os
13 representantes da Secretaria Executiva da CCA, exercida pela Coordenação de Gestão dos Fundos -
14 COGEF: Tatiany de Andrade Oliveira, coordenadora e suplente da Presidência; Carla Mariane Souza da
15 Cunha, Horácio Leal Miranda; como convidados estiveram presentes: Vanessa Arduina Lima,
16 representante da Assessoria Especial/ SEMA; Leonardo Euler, representante da Coordenação de Gestão da
17 Diretoria de Unidades de Conservação – DIRUC/ INEMA. Constaram da Pauta: 1) Leitura da 5ª e 7ª atas
18 da reunião da CCA; 2) Apreciação: Adequação do Regimento Interno; Proposta Calendário Reuniões 2012;
19 3) Apresentação: Proposta de fluxo para gestão da compensação ambiental; Cenário das Unidades de
20 Conservação estaduais e Estratégia de gestão 2012/2015; 4) Informes: Execução da compensação ambiental
21 da Votorantim Cimentos N/NE S/A – Plano de Manejo da APA Joanes Ipitanga e Foz de Jaguaribe
22 Construção e Locação S.A; Levantamento dos empreendimentos de significativo impacto ambiental que
23 apresentam passivos de compensação ambiental; Grupo de trabalho da Metodologia de Gradação; 5) O que
24 ocorrer. Após apresentação da pauta, a reunião seguiu com apreciação da 5ª Ata; em seguida a Sr.ª Tatiany
25 Andrade fez a leitura da Ata da 7ª reunião ordinária, onde esclareceu sobre a metodologia federal do
26 cálculo da Compensação Ambiental, a atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
27 Naturais Renováveis-IBAMA, a capacitação dos técnicos, o comitê de avaliação e a destinação dos
28 recursos. Destacou que desde o ano de 2008 o IBAMA não faz o cálculo para verificar gradação do
29 impacto, por este motivo houve uma ação do Ministério Público Federal – MPF e da Controladoria Geral
30 da União – CGU, para que o órgão passasse a executar a metodologia e destinar as compensações.
31 Comentou que foi lançada a Instrução Normativa nº 8, de 14 de julho 2011, e ao mesmo tempo foi criado
32 um comitê dentro do IBAMA para avaliar e destinar os recursos, elucidou que o comitê é formado por
33 técnicos do IBAMA, Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes. O Sr. Sérgio Bastos
34 questionou quanto à previsão de tempo para aplicação da nova metodologia de cálculo da compensação. A
35 Sra. Tatiany Andrade disse que ainda no primeiro semestre do ano de 2012 a nova metodologia estará
36 sendo inserida nos processos de licenciamento, e que, até então, a câmara de compensação estava
37 trabalhando com os empreendimentos passivos segundo a Resolução CCA nº 02, 05 de agosto de 2010,
38 fazendo um acordo entre Secretaria do Meio Ambiente e empreendedor. A Sr.ª Carla Mariane explicou
39 juridicamente a redação da Resolução CCA nº 02 e Resolução CCA nº 05 e a aplicação dos índices
40 percentuais de cobrança pela CCA, conforme Decreto Federal Regulamentador nº 6.848, de 14 de maio de
41 2009, comentou sobre a ação direta do Superior Tribunal Federal de inconstitucionalidade da expressão:
42 “não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para implantação do empreendimento”,
43 comentou sobre as visitas realizadas em outros estados onde a compensação atinge o índice máximo
44 permitido, que é de 0,5% (meio por cento), sem questionamentos do empreendedor, estando vinculada à
45 liberação da licença ambiental de operação. A Sra. Tatiany Andrade comentou sobre a importância de ter
46 uma metodologia inserida no processo do EIA/RIMA para valorar uma gradação, já que a câmara de

47 compensação ambiental tem outras atribuições, que não é mensurar a gradação, destacou que essa é uma
48 questão técnica embutida dentro do processo de licenciamento, continuou falando sobre a reestruturação
49 dos procedimentos de licenciamento, inserindo no Termo de Referência, a solicitação de todas as
50 informações que sejam necessárias para que a compensação ambiental seja valorada. A Sra. Leila Oliveira
51 questionou como seria o processo de negociação com empreendedores após o Decreto Federal nº 6.848, 14
52 de maio de 2009, já que, a câmara ainda não dispõe de metodologia para o cálculo.
53 Houve um longo debate sobre negociação, criação de metodologia, percentual de aplicação da
54 compensação ambiental, e sobre a Resolução CCA nº 02, de 05 de agosto de 2010; Dando seguimento a
55 leitura da Ata, e após algumas alterações na redação a Ata foi aprovada. A reunião prosseguiu com a
56 apresentação da proposta de fluxo para gestão da compensação ambiental, feita pela Sra. Tatiany Andrade.
57 A Sra. Leila Oliveira questionou se existe prazo de negociação para pagamento da compensação ambiental;
58 foi esclarecido pela Sra. Tatiany que, existe a possibilidade do parcelamento do valor da compensação
59 ambiental, observando o tempo total de implantação do empreendimento, explicou ainda que atualmente no
60 Estado da Bahia só existe uma forma de pagamento, a aplicação direta, contudo no ano de 2012 haverá
61 novas alternativas, salientou que a Caixa Econômica Federal já tem o serviço de gerenciamento financeiro
62 da compensação ambiental, onde o empreendedor firma o Termo de Compromisso com Plano de trabalho e
63 Plano de Desembolso, deposita o recurso numa conta que está vinculada ao nome do empreendimento
64 (contas gráficas) gerenciado pelo banco, o recurso só é executado depois do consentimento do órgão
65 executor, falou também que o banco já presta esse serviço ao Instituto Chico Mendes, Governo do Distrito
66 Federal e Governo Estadual de Goiás; A Sra. Tatiany Andrade levou ao conhecimento dos membros que o
67 Banco do Brasil irá apresentar uma proposta de gerenciamento de recurso que possa sanar as necessidades
68 da compensação ambiental, visto que esse recurso não é público, havendo a necessidade de transparência na
69 sua utilização, garantindo devida prestação de contas à população. Continuou falando sobre o modelo de
70 pagamento da compensação ambiental utilizado no Rio de Janeiro - RJ, um convênio com o Fundo
71 Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, que inclusive, oferece mais serviços, comparado aos bancos;
72 relatou que o FUNBIO operou o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, além disso, tem
73 contas financeiras para o empreendedor depositar, faz a execução do que é deliberado, ou seja, faz
74 contratação do Plano de Manejo, acompanha todos os serviços realizados, paga e presta conta para câmara
75 de compensação mensalmente de tudo que foi realizado. Sra. Tatiany Andrade esclareceu que o prazo para
76 negociação do pagamento da compensação ambiental não é pré estabelecido, o que está previsto é que
77 deve-se firmar o Termo de Compromisso antes da Licença de Implantação – LI e a execução da
78 compensação que ocorre antes da Licença de Operação – LO, dependendo do empreendimento. Em seguida
79 a Sr.^a Leila Oliveira ponderou sobre as instâncias recursais, sobretudo o Conselho Estadual de Proteção
80 Ambiental – CEPRAM, sugeriu a possibilidade de estabelecer prazos para cada etapa da compensação
81 ambiental apresentado no fluxo, principalmente no momento da proposição da Diretoria de Unidades de
82 Conservação – DIRUC, ressaltou que o empreendedor espera muito tempo pela resposta. A Sra. Tatiany
83 Andrade disse que o CEPRAM não faz parte do fluxo, explicou que existe prazo para o empreendedor,
84 dando como exemplo o processo da compensação ambiental já realizado da empresa Foz de Jaguaribe
85 Construções e Locação S/A para o empreendimento (Sistema de disposição Oceânica – Emissário
86 Submarino de Jaguaribe), explicou as etapas e os prazos para o empreendedor, SEMA e INEMA apresentar
87 e avaliar cada produto, e os possíveis imprevistos que podem atrasar o andamento dos processos. A reunião
88 seguiu com a apreciação da proposta de procedimentos, para identificação e destinação da compensação
89 ambiental com explicação detalhada dos itens pelas Senhoras Tatiany Andrade e Vanessa Arduina. A Sra.
90 Leila Oliveira enfatizou sobre a importância de estipular um prazo, sobretudo a resposta do INEMA ao
91 empreendedor, quando a Coordenação de Gestão dos Fundos – COGEF calcula o valor da compensação e
92 firma o Termo de Compromisso conforme o fluxograma. A Sra. Vanessa Arduina expôs que também deve
93 haver um prazo para que o empreendedor apresente a planilha de custos. O Sr. Sérgio Bastos questionou
94 sobre o uso do Termo de Compromisso na Licença de Operação – LO, como limite de pagamento da

95 compensação ambiental. A Sra. Vanessa Arduina esclareceu que o termo de Compromisso deve sair antes
96 da Licença de Implantação – LI, como é prevista em Lei. O Sr. Eduardo Rode ressaltou que é importante
97 estipular prazo a partir do momento que o empreendedor apresenta todo material solicitado pela COGEF. A
98 Sra. Tatiany questionou o prazo para o licenciamento, do dia que protocola a Licença de Implantação – LI
99 até o dia da sua publicação. O Sr. Marcelo Senhorinho resumiu que o prazo de resposta de uma licença é de
100 seis meses sobre o pedido e não necessariamente a emissão da licença, podendo ser uma notificação. O Sr.
101 Leonardo Euler propôs o acúmulo de conhecimento e discutir os prazos do fluxo mais adiante, assim que a
102 câmara obter mais domínio dos procedimentos. O Sr. Sérgio Bastos falou que o ideal é acelerar o processo
103 de licenciamento, para viabilizar toda a proposta do fluxo. O Sr. Marcelo Senhorinho disse que o fluxo
104 deve ser lógico e simples para que não haja atraso no desenrolar da metodologia, sendo esse o foco do
105 momento e mais à frente discutir os prazos. Nesse momento iniciou uma longa discussão sobre o
106 fluxograma: prazos, Termo de Compromisso e as instâncias recursais. A Sra. Leila Oliveira sugeriu fazer
107 uma consulta à Procuradoria Geral do Estado da Bahia – PGE sobre o papel do CEPRAM como órgão
108 recursal para o licenciamento. A Sra. Tatiany Andrade recomendou que a proposta normativa fosse
109 encaminhada para a Procuradoria Geral do Estado da Bahia – PGE para avaliação, tratando-se de instâncias
110 recursais para compensação ambiental e não para licenciamento; os membros da câmara concordaram que
111 os prazos do fluxo ainda são prematuros, devem ser estipulados depois de acumular experiência,
112 acrescentaram sobre a importância de criar de um Termo de Compromisso padrão para melhor
113 entendimento do empreendedor, o envio do procedimento da SEMA/COGEF para PGE e o aguardo da
114 resposta do órgão para determinar a inclusão, ou não, do CEPRAM como órgão recursal para compensação
115 ambiental. Antes de passar para próxima pauta, a Sra. Tatiany Andrade divulgou aos membros da câmara,
116 que foi enviado relatório de atividades da CCA, período de 2010/2011 ao CEPRAM e CONERH, ficando
117 este assunto como pauta para próxima reunião. O Sr. Leonardo Euler seguiu a reunião com a apresentação
118 do cenário das unidades de conservação – UC estaduais e estratégia de gestão de cada uma; detalhou o
119 enquadramento de estudos das unidades e destinação de recursos. O Sr. José Saraiva questionou se haveria
120 possibilidade de investir recurso de compensação ambiental de um empreendimento litorâneo numa
121 unidade do cerrado. O Sr. Leonardo Euler sintetizou que o recurso pode ser investido desde que a unidade
122 no cerrado seja de proteção integral, exemplificou com o caso da pequena Central Hidrelétrica PCH – I,
123 São Desidério - BA, onde a compensação foi feita no oeste, porém em outra unidade; continuou falando
124 sobre unidades de proteção integral e a importância da ampliação dessas áreas. Sobre o território das
125 unidades de uso sustentável, relatou a situação de cada área dividida por regiões, planos de manejo e
126 destinações dos recursos pela Diretoria de Unidades de Conservação – DIRUC. A Sra. Leila Oliveira
127 questionou sobre como avaliar as prioridades das destinações. O Sr. Leonardo Euler informou que está
128 fazendo um levantamento “*in loco*” dessas regiões, uma pesquisa das variáveis para acertar na escolha da
129 Unidade de Conservação beneficiada, sua infraestrutura, o conselho gestor, o plano de manejo, os
130 diagnósticos; destacou que está sendo elaborada uma metodologia de indicação que gera um “ranking” de
131 tratamento para essas Unidades de Conservação – UC; indagado pelo Sr. Marcelo Senhorinho sobre a
132 aplicação dos recursos e sua distribuição, o Sr. Leonardo Euler elucidou que existe uma proposta de
133 destinação com o quadro atual de unidade de conservação e um universo de projeto, e que, além disso,
134 existe o voto de escolha dos membros da câmara. A Sra. Tatiany Andrade completou dizendo que câmara
135 de compensação federal estabeleceu critérios para aplicação do recurso que amplia o universo instituído no
136 Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, destacou que a compensação ambiental foi
137 instituída para reparar a perda da biodiversidade, por este motivo a lógica não é cumprir as obrigações do
138 Estado, acrescentou dizendo que a câmara federal está criando mecanismos para medir o retorno em
139 benefício da biodiversidade e um programa efetivo de fiscalização. O Sr. Leonardo Euler prosseguiu a
140 apresentação explicando que cada unidade de conservação tem os indicadores de problemas e conflitos, que
141 atualmente existem na área, que nunca foi mensurada o índice de efetividade, que nunca teve plano de
142 manejo e que nunca teve conselho gestor; informou ainda, que existe uma proposta de criar indicadores de

143 monitoramento, e que há prioridades como: criar áreas de proteção integral e uma obrigatoriedade
144 regularização fundiária das unidades de conservação. Sr. Marcelo Senhorinho sugeriu fazer um quadro
145 resumido da apresentação e repassar para os membros da câmara, a fim de informar e dialogar na próxima
146 reunião. Sr. Eduardo Rode completou dizendo que o quadro resumido dos estudos ajuda na tomada de
147 decisões, que o objetivo final é firmar as Unidades de Conservação – UC, portanto, a tendência é investir
148 naquela que está mais próxima de ser consolidada. A Sra. Tatiany Andrade disse que esse é apenas um
149 critério, que existem vários outros. Finalizando a sua apresentação o Sr. Leonardo Euler expõe que não
150 existe ainda uma sistematização das áreas de Unidades de Conservação – UC, não há documentos ou ações
151 estratégicas que as priorizem, porém, no primeiro trimestre de 2012 serão apresentadas aos membros da
152 câmara as principais ações para o ano. O Sr. Eduardo Rode registrou a necessidade de apresentar na
153 planilha de levantamento de empreendimentos passivos, os valores de cada empreendimento listado. A
154 Sra. Tatiany Andrade enfatizou que os custos de implantação dos empreendimentos não apresentados na
155 planilha de passivos, deve-se ao fato de que os processos nem sempre citam o valor, dessa forma não há
156 como mensurar sem prévia solicitação ao empreendedor; A Sr.^a Tatiany Andrade finalizou a pauta com a
157 proposta do calendário de reuniões e adequação do Regimento Interno, que ficaram prorrogados para
158 próxima reunião. Às dezoito horas a reunião foi encerrada pela Suplente da Presidência da Câmara de
159 Compensação Ambiental, Tatiany de Andrade Oliveira. Eu, Horácio Leal Miranda, lavrei a presente ata,
160 que segue assinada por mim e pelos membros presentes na reunião.

161 Membros:

162 Tatiany de Andrade Oliveira – Suplente da Presidência

163 Aldo Carvalho da Silva – DIPPA/SEMA (Suplente)

164 Cristiana Sousa Vieira – SEP/SEMA (Suplente)

165 Ruy Couto Tourinho – COAES/SEMA (Suplente)

166 Marcelo Almeida Senhorinho – INEMA (Suplente)

167 Sérgio de Almeida Bastos – CEPRAM (Titular)

168 José Augusto Saraiva Peixoto – CEPRAM (Suplente)

169 Eduardo Henrique Rode – CONERH (Titular)

170 Leila Márcia Souza Oliveira – CONERH (Suplente)